



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM REDE LÓGICA, POR DEMANDA, NA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022
EDITAL

A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** com sede na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Administração e Finanças, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL** do **tipo Menor Preço GLOBAL**, em regime de **Empreitada Por Preço Unitário**, para a contratação do objeto descrito no Item 1 deste Edital, em conformidade com seus anexos e com as Leis nº 10.520, de 17/07/02; nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006 e Decreto Legislativo Municipal nº 693/2014.

RETIRADA DO EDITAL: A retirada do Edital de Pregão Presencial poderá ser efetuada no endereço eletrônico: www.cvi.sc.gov.br no link: [LICITAÇÕES](#).

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: [21/10/2022 às 14h00.](#)

Os envelopes contendo os documentos de **PROPOSTA DE PREÇOS** e de **HABILITAÇÃO** serão recebidos pelo Pregoeiro impreterivelmente na data e horário acima destacados, na Sala de Licitações da Câmara de Vereadores de Itajaí, localizada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825, Bairro Ressacada, CEP 88.307-303, no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Os documentos relacionados a seguir são parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Quantitativos e Valores de Referência

Anexo III – Modelo de Formulação da Proposta de Preços

Anexo IV – Modelo de Termo de Credenciamento

Anexo V – Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação

Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento ao inc. XXXIII do art. 7º da CF/88

Anexo VII – Modelo de Declaração de Conhecimento do Local dos Serviços

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

Anexo IX – Modelo de Declaração de Parentesco

Anexo X – Minuta do Contrato



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **contratação de empresa para prestação do serviço de manutenção na rede lógica, por demanda, na Câmara de Vereadores de Itajaí**, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do presente Edital.

2. DOS ENVELOPES

2.1. O envelope nº 1 - **PROPOSTA DE PREÇOS** e nº 2 – **HABILITAÇÃO**, deverão ser entregues ao Pregoeiro na data e hora marcadas no preâmbulo deste Edital, na Câmara de Vereadores de Itajaí situada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825, Ressacada, CEP 88.307-303, no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

2.2. No anverso dos Envelopes nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) e nº 2 (HABILITAÇÃO) deverão constar os seguintes dizeres.

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ
ENDEREÇO COMPLETO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022**

ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ
ENDEREÇO COMPLETO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022**

2.2.1. Caso a licitante queira participar da referida licitação sem representante, observar o disposto no Item 4.10 e apresentar Envelope nº 3 (CREDENCIAMENTO), com os seguintes dizeres em seu anverso:

ENVELOPE Nº 3 – CREDENCIAMENTO

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ
ENDEREÇO COMPLETO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



2.3. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, sendo preferencialmente opacos e rubricados no fecho.

2.4. Não serão recebidos os envelopes após o horário previsto no preâmbulo deste Edital, para tanto será considerado o horário oficial de Brasília/DF, podendo ser conferido no site: <http://www.horariodebrasil.org/>.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação, as empresas do ramo de atividade pertinente que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e leis aplicáveis.

3.3. Somente terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes credenciados, o Pregoeiro, os membros da Equipe de Apoio e representantes dos órgãos fiscalizadores.

3.4. Não será admitida a subcontratação de qualquer dos serviços constantes no objeto do presente instrumento convocatório.

3.5. Não será admitida a participação de empresas:

3.5.1. Cuja falência ou concordata tenha sido declarada, que se encontra em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.5.2. Punidas por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta, em qualquer das suas esferas com suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública durante o prazo estabelecido para a penalidade. (STJ - REsp 151567 - RJ - 2ª T. - Rel. Min. Francisco Peçanha Martins - DJU 14.04.2003).

3.5.3. Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta, das esferas FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL.

3.5.4. Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal direta ou indireta.

3.5.5. Que incorram nas condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

3.5.6. Que por si ou seus sócios sejam participantes do capital de outra empresa que esteja participando desta licitação, ou de empresas que tenham como responsável técnico ou integrante da equipe técnica pertencente à outra empresa que esteja participando desta licitação.

3.5.7. Empresas em consórcio, e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre em si, quaisquer que sejam suas formas de constituição.

3.6. É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica que possua sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, dos membros desta Casa Legislativa, bem como dos chefes das suas unidades, incluídos todos os demais casos já previstos na Súmula nº 13 do Supremo Tribunal Federal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



3.6.1. A comprovação dessa exigência se dará através de declaração, a ser apresentada no envelope de habilitação, conforme **Anexo IX**.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital será aberta a Sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o recebimento dos envelopes, conforme disposição do item **2.1**, após passando ao credenciamento dos interessados em participar do certame.

4.2. O credenciamento da empresa e de seu representante legal implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e pela presunção de capacidade plena para a realização das transações inerentes ao presente Pregão.

4.3. Para o credenciamento, o representante presente na sessão deverá **entregar ao Pregoeiro, APARTADOS DOS ENVELOPES nº 1 e 2, os seguintes documentos:**

4.3.1. Ato de constituição da empresa, podendo se apresentar das seguintes formas:

4.3.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou,

4.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou,

4.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou,

4.3.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3.2. Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação, afirmando que estão em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a seguridade social (INSS e FGTS), bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme o modelo do **ANEXO V**.

4.3.3. Apresentação de documento de identificação pessoal do representante, para que possibilite a conferência dos dados com os constantes no instrumento de constituição da empresa.

4.3.3.1.1. Caso seja designado outro representante que não tenha poderes atribuídos pelos documentos de constituição da licitante, este deverá apresentar **procuração pública**, ou, ainda, procuração particular ou termo de credenciamento **COM CARIMBO E RECONHECIMENTO DE FIRMA DA ASSINATURA ou, ainda, por Assinatura Eletrônica, conforme previsão contida na Lei nº 14.063/2020**, podendo utilizar-se do modelo constante no **Anexo IV**.

4.3.4. MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE: é facultado ao licitante que se enquadre nessa condição e queira valer-se do regime diferenciado disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, nesse caso, **DEVERÁ apresentar no CREDENCIAMENTO:**

4.3.4.1. Certidão Simplificada da Junta Comercial, expedida pelo Estado da sua sede; ou



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4.3.4.2. **Declaração de Opção pelo Simples Nacional** expedida através do portal do simples nacional – Receita Federal, para as empresas com registro em Cartório.

4.3.4.2.1. O documentos relacionados acima deverão apresentar prazo de emissão de, no mínimo, 90 (noventa) dias anteriores a data da sessão pública.

4.4. Os documentos relacionados no subitem 4.3.1 deverão ser originais, ou fotocópia autenticada conforme descrito no item 6.2. do presente.

4.5. Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a **identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.**

4.6. Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, ofertando lances verbais e demais atos relativos a este pregão presencial, sendo admitido, para este feito, um único representante por licitante interessada.

4.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa.

4.8. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar o licitante no certame, implicará na impossibilidade do mesmo de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e na manifestação do direito de recorrer das decisões tomadas durante a sessão, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.

4.9. A ausência do credenciado, por quaisquer motivos, durante a sessão, sem a substituição formal ou sem a autorização expressa do Pregoeiro, a licitante fica impedida à prática de atos inerentes ao Pregão.

4.10. Na hipótese de não haver representante da licitante presente na Sessão, será obrigatória a apresentação do documento referido no item 4.3.2 – Declaração de atendimento as condições de habilitação, e para as **microempresas e empresas de pequeno porte**, que queiram utilizar os benefícios das Leis Complementares 123/06 e 147/14, além deste deverão apresentar a documentação descrita no item 4.3.4, tudo em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 3, Razão Social da Empresa e CNPJ.

4.11. A licitante sem representante presente no processo licitatório, **em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte**, que apresentar os documentos descritos no item 4.3.4, somente fará jus ao benefício previsto no §1º, do art. 43, da Lei Complementar 123/2006.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE N.º 1

5.1. No envelope lacrado Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS - deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, datilografada ou impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (Exemplo: 1/5, 2/5... 5/5) em todas as suas folhas, elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo, quanto às expressões técnicas de uso corrente, além dos seguinte elementos necessários à sua elaboração:

- a) Identificação (razão social), endereço e indicação do número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ da proponente;
- b) **Proposta:** deverá ser cotado o **MENOR PREÇO GLOBAL**, com apresentação do valores unitário em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais e, de preferência.
- c) **Prazo de validade da proposta:** Mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega dos envelopes;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



d) **Prazo de execução/vigência:** conformidade com o Item 12 deste Edital;

e) **Deverá ser observado quando da elaboração das propostas** Prazo de Entrega; Recebimento; Forma de Pagamento e Garantia dos Serviços.

5.2. Deverá, ainda, a licitante fazer constar em sua carta proposta que após o término do contrato, a licitante contratada renunciará em favor da Câmara de Vereadores de Itajaí todos os materiais de infraestrutura bem como cabos de comunicação, alimentação, eletrodutos, mangueiras, canaletas, conectores e poste instalados na sede da CVI para o cumprimento das obrigações contratuais, renunciando assim a CVI por qualquer tipo de indenização pelos materiais e/ou serviços executados.

5.3. No(s) preço(s) deverá(ão) constar todas as despesas concernentes à execução dos serviços com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários, os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas, transporte, deslocamento, salários, estadias, carga tributária, alvará, as taxas municipais, estaduais e federais, as despesas indiretas, lucro bruto do licitante e os demais custos mencionados, constantes no **Anexo I**, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

5.4. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computado todas as despesas que incidam sobre o contrato, as quais ficarão a cargo da futura contratada.

5.5. Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, não comprometendo a legalidade do certame, serão resolvidas pelo Pregoeiro.

5.6. Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas nos moldes do **Anexo III**.

5.7. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não previstas neste Edital.

5.8. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.9. Não serão aceitas propostas para execução parcial do objeto desta licitação.

5.10. Quaisquer outros documentos presentes no envelope de proposta que não foram expressamente solicitados no edital serão devolvidos ao representante presente no momento da abertura do invólucro.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1. O envelope lacrado nº 2 – **HABILITAÇÃO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (Item 7), em sua via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial, preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5) em todas as folhas.

6.2. Quantos às autenticações:

6.2.1. Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados. (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça).



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.2.2. Poderá ser apresentado das seguintes formas: por cartório competente, ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6.2.3. As autenticações por servidor autorizado da Administração poderão ocorrer das 13 as 19h, preferencialmente em dia anterior à sessão de abertura do mesmo.

6.2.4. Serão aceitas somente cópias legíveis.

6.3. Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

6.3.1. A verificação de autenticidade pela internet ou junto ao órgão emissor poderá ocorrer durante a sessão pública ou no caso de impossibilidade em momento superior pelo Pregoeiro e equipe de apoio, em atenção ao princípio de celeridade.

OBSERVAÇÃO:

* **Documentos matriz/filial:** Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo.

* Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta.

* Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.

* Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pela Comissão independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.

* A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitada.

6.4. Prazo de validade dos documentos:

6.4.1. A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.

6.4.2. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 90 (noventa) dias.

6.5. Quaisquer outros documentos presentes no ENVELOPE DE HABILITAÇÃO que não foram expressamente solicitados no edital serão devolvidos ao representante presente no momento da abertura do invólucro.

6.6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

6.6.1. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, ou ainda diligenciar junto às repartições sobre a validade das certidões apresentadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.6.2. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

6.6.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para empresas CADASTRADAS

7.1.1. A proponente detentora de Certificado de Registro Cadastral – CRC da Câmara de Vereadores de Itajaí, vigente na data da sessão pública, deverá apresentar além do Certificado os documentos constantes nos Itens 7.2.4 e 7.2.5, no **Envelope nº 2 – Habilitação**.

7.2. Para empresas NÃO CADASTRADAS

7.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1.1. **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

7.2.1.2. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.1.3. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.1.4. **Decreto de autorização** em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÕES:

- a) No que couber, os documentos referidos nos itens **7.2.1.1. e 7.2.1.2.**, poderão ser substituídos por “Certidão Simplificada” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa, cujo prazo de emissão não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.
- b) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.
- c) **A documentação solicitada nos itens 7.2.1.1. a 7.2.1.4. será ainda, dispensada de apresentação dos referidos documentos na fase de habilitação quando evidentemente apresentado durante o credenciamento.**

7.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.2.2.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão conjunta dos tributos administrados pela Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional referente à Dívida Ativa, bem como situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.5. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterada pela lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

7.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.2.3.1. Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de pesquisa não anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura dos envelopes de “HABILITAÇÃO”, ou que até esta data esteja dentro da validade, conforme validade expressa na própria certidão.

Obs.: A licitante que possuir sede no Estado de Santa Catarina, atentar-se que referido documento só terá validade quando apresentado juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no Sistema EPROC, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>.

7.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2.4.1. Certidão de REGISTRO da **Pessoa Jurídica** emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com validade na data de apresentação das propostas.

7.2.4.2. **Capacidade Técnico-operacional:** A licitante deverá apresentar ATESTADO(S) ou DECLARAÇÃO(ÕES) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário, indicando que a empresa já executou os serviços descritos no objeto do presente, e que tenha também prestado todas as condições ideais de qualidade e cumprimento dos prazos de atendimento, devidamente certificado(s) no CREA, acompanhado(s) pela(s) respectiva(s) CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO – CAT(S), contendo no mínimo:

Prestação de serviços em rede lógica estruturada e certificada:
Instalação de novos pontos lógicos estruturados
Manutenção em pontos lógicos estruturados
Remanejamento de cabeamento e pontos lógicos estruturados
Execução e atualização de projetos em rede lógica estruturada
Execução e manutenção de sistemas e de redes wireless corporativos

7.2.4.2.1. Somente serão aceitos atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público o privado, devidamente certificados pelo CREA ou CAU da região onde foram executados os serviços.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.2.4.2.2. Só serão aceitos atestados que tratam sobre serviços já executados, de contratos já concluídos ou que tiverem seu tempo inicial mínimo executado.

7.2.4.2.3. As certidões ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações básicas:

- a) Nome do contratado e do contratante;
- b) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- c) Localização e data de realização do serviço;
- d) Descrição dos serviços executados.

7.2.4.2.4. Caso o atestado não contenha as informações necessárias, é possível complementação a exemplo de contrato, empenho, ordem de compra, nota fiscal e etc, desde que relativos a atestado apresentado pela proponente interessada.

7.2.4.3. Indicação do RESPONSÁVEL TÉCNICO, podendo o licitante utilizar-se do modelo constante no **Anexo VIII**.

7.2.4.3.1. O Responsável Técnico deverá ser integrante da equipe técnica da licitante e deverá coordenar os serviços, participar de reuniões, fóruns técnicos, visitas de campo, bem como manter os contatos necessários à CVI, uma vez vencida a licitação.

7.2.4.4. Certidão de REGISTRO do **Responsável Técnico** indicado no Item 7.2.4.3, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com validade na data de apresentação das propostas.

7.2.4.5. **Declaração de Conhecimento do Local dos Serviços**, nas seguintes condições: apresentar declaração conforme modelo constante do **Anexo VII**, fazendo constar que a empresa proponente possui pleno conhecimento do local onde será realizado o serviço, e de suas peculiaridades.

7.2.4.5.1. Em hipótese alguma as licitantes poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

7.2.5. OUTROS DOCUMENTOS

7.2.5.1. **Declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo incluso (**Anexo VI**).

7.2.5.2. **Declaração de que os sócios e empregados não possuem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, dos membros desta Casa Legislativa**, bem como dos chefes das suas unidades, incluídos todos os demais casos já previstos na Súmula n.º 13 do Supremo Tribunal Federal, conforme modelo do **Anexo IX**.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

8.1. No dia, hora e local designados neste Edital, serão recebidos os envelopes de **Proposta de Preços e Habilitação**, devidamente lacrados e protocolados conforme disposição do item **2.1.** do presente instrumento, e, na presença dos licitantes, e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram os envelopes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



8.2. Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento dos licitantes, nos termos do Item 4 – Do Credenciamento, ato contínuo, deixará à disposição dos licitantes credenciados, os envelopes distintos, para rubrica e conferência dos lances.

8.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.3.1. A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

8.3.2. A avaliação da aceitabilidade do preço proposto ocorrerá apenas no momento da negociação, ou seja; aquele anterior a adjudicação da proposta do licitante melhor classificado, em conformidade com o item 8.17 deste edital.

8.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais:

8.4.1. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

8.4.2. Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão do Pregão;

8.4.3. Falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;

8.4.4. Havendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o UNITÁRIO e na divergência entre o valor por extenso e o valor numérico, prevalecerá o MENOR.

8.4.5. O item relativo a dados bancários do licitante não gerarão a sua desclassificação, pois poderão ser preenchidos para a assinatura do contrato.

8.5. As propostas ficarão à disposição dos credenciados para rubrica e conferência.

8.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.7. No curso da Sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.8. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 8.7, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.9. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, observada a redução mínima entre os lances de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, aplicáveis inclusive em relação ao primeiro.

8.9.1. O licitante poderá baixar o valor de seu lance, ainda que este não supere o valor da melhor proposta, a fim de obter uma melhor classificação, utilizando-se do lance intermediário.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



8.9.1.1. O lance intermediário somente poderá ser utilizado uma única vez por licitante, quando o processo licitatório for do tipo de menor preço global. Quando a licitação for do tipo menor preço por item, nesse caso cada licitante poderá ofertar no máximo um lance intermediário por item, e em se tratando de menor preço por lote um lance intermediário por lote.

8.10. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.11. A oferta dos lances deverá ser efetuada considerando o **MENOR PREÇO GLOBAL**, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.13. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.14. Após o encerramento da fase de lances serão concedidos os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e n.º 147/2014, qual seja, como critério de desempate será assegurado a direito de preferência de contratação para as ME ou EPP:

8.14.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

8.15. Ocorrendo o empate previsto no item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

8.15.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.15.2. Não ocorrendo contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocados os remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese dos parágrafos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.15.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.15.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no Item 8.15.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.15.5. O disposto neste Item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.15.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.16. Considerar-se-á preço excessivo, para fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que:

8.16.1. Apresentar valor acima do estimado pela administração para aquisição do objeto, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope **“PROPOSTA DE PREÇOS”**, utilizando-se, para o cálculo, o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, publicado pela Fundação Getúlio Vargas na ocasião.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



8.17. Quando restar demonstrado que o valor estimado pela administração não corresponde a realidade do preço praticado pelo mercado, para aquele determinado objeto, poderá o Pregoeiro, negociar com o representante da licitante, com vistas a adequar sua proposta ao preço de mercado.

8.18. Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item **6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e item **7 – DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.

8.19. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.20. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item **6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e item **7 – DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.

8.21. Os documentos de habilitação do licitante vencedor ficarão à disposição dos credenciados para rubrica e conferência.

8.22. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelos demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após este prazo, os licitantes terão um prazo de até 30 (trinta) dias para retirada. Expirando este prazo e não havendo a retirada dos envelopes pelos licitantes, os mesmos serão inutilizados.

8.23. Da sessão pública será lavrada ATA circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e por todos os licitantes presentes.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendida às exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital.

9.2. Não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame.

9.3. Após a adjudicação, o Pregoeiro encaminhará o processo à Presidência da entidade licitadora para deliberar sobre sua homologação.

9.4. O vencedor do certame deverá **apresentar, no prazo máximo de 48 (quarente e oito) horas após adjudicação do processo pelo Pregoeiro, a readequação dos valores unitários** ao valor adjudicado em sessão, nos casos em que houver necessidade.

9.4.1. A apresentação da proposta readequada dentro do prazo determinado no subitem anterior, deverá estar carimbada e assinada pelo representante legal da vencedora, sendo aceito o envio por e-mail para o seguinte endereço: regina@cvi.sc.gov.br.

9.5. No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetida ao PRESIDENTE DA CÂMARA para manter ou reformar a decisão do pregoeiro, e posterior homologação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



9.6. Encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado à autoridade superior competente da Câmara de Vereadores de Itajaí para deliberar, restringindo-se esta à:

9.6.1. Homologação da licitação;

9.6.2. Anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, assegurando o exercício do contraditório;

9.6.3. Revogação do certame, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta.

10. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para encerramento do recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial.

10.2. Ao final da sessão, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

10.3. Os Recursos interpostos às decisões proferidas pelo Pregoeiro serão conhecidos nos termos do inciso XVIII, do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, devendo ser dirigidos diretamente ao PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ e DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, e protocoladas no balcão da recepção da CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, no endereço descrito no rodapé do presente Edital, em horário comercial, **não sendo admitidos os enviados por fax ou correio eletrônico (e-mail).**

10.4. Os **pedidos de esclarecimento, impugnações, recursos e contrarrazões serão recebidos pelo Pregoeiro**, o qual poderá reconsiderar ou não sua decisão e encaminhá-los devidamente informados à autoridade competente, para apreciação e decisão.

10.5. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso.

10.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

10.6.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, o pregoeiro fundamentará sua decisão na própria ata de abertura e julgamento da sessão pública, indicando o licitante e os motivos pelo não recebimento do recurso.

10.7. O acolhimento dos recursos importará à invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8. Impugnado ou não o recurso, o Pregoeiro terá 05 (cinco) dias úteis, contados do esgotamento do prazo de contrarrazões recursais, para reconsiderar ou não sua decisão e encaminhar os autos devidamente informados à autoridade competente para apreciação e decisão final.

10.9. Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e na minuta contratual, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11. DO CONTRATO



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



11.1. A licitante adjudicada, após homologação pela autoridade competente, será convocada a assinar o instrumento contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua convocação.

11.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO PRESENCIAL, independentemente de transcrição.

12. DOS PRAZOS

12.1. O prazo da contratação é de **12 (doze) meses**, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

12.2. O prazo a que se refere o subitem **12.1** deverá iniciar-se na data de assinatura do contrato.

12.2.1. Para o início dos serviços, a contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da emissão da Nota de Empenho referente aos serviços respeitando o prazo de vigência do contrato, assinada pelo responsável técnico devidamente inscrito no CREA/SC.

13. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços serão prestados no Edifício Sede da Câmara de Vereadores de Itajaí, localizada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825, Ressacada, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por intermédio de servidor devidamente designado pelo Secretário de Administração e Finanças da Contratante, podendo ser substituído a qualquer momento, cujas atribuições básicas são:

- a) Solicitar à empresa contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) Emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
- c) Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

14.1.1. Compete ao fiscal da CVI:

- a) **Sustar**, no todo ou em parte, a entrega sempre que a medida for considerada necessária;
- b) **Recusar**, qualquer serviço que não atenda às especificações contratuais;
- c) **Decidir** acerca das questões que se apresentarem, durante a execução dos contratos;
- d) **Atestar**, faturas correspondentes à execução.

14.2. Não obstante a empresa licitante contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CVI reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

14.3. Cabe à empresa atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CVI, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CVI ou de seus agentes ou prepostos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



15. DO RECEBIMENTO

15.1. O recebimento do objeto da presente licitação se dará nos termos do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. É ressalvado à CVI o não recebimento dos SERVIÇOS, se estes não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação conforme especificações deste Instrumento Convocatório, em especial o seu ANEXO I.

15.2.1. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da mesma pela CVI, sendo sua confirmação definitiva, condicionada a conferência dos dados relacionados na nota fiscal de PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos ocorrerão mensalmente, em até 05 (cinco) dias mediante apresentação da Nota Fiscal do mês subsequente àquele a que se referir, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e acompanhada dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, em atendimento ao art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

16.1.1. Na Nota Fiscal deverá constar o número do instrumento contratual, bem como o relativo à Nota de Empenho.

16.2. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada, atestando a execução e encaminhará a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.

16.3. A atestação da Nota Fiscal/fatura correspondente ao serviço prestado caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

16.4. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.

16.5. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

16.6. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento será calculada de acordo com variação "*pro rata tempore*" do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

16.7. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item 16.6. será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

17. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

17.1. A relação pactuada poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



17.2. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da assinatura do mesmo nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. Os valores contratados serão REAJUSTADOS após 12 (doze) meses, adotando-se como indexador o Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço.

17.4. O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor contratado, nos termos do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

17.5. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes, consoante inc. II, do § 2º, art. 65 do diploma federal de licitações.

17.6. A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, firmado entre as partes.

17.7. O Contratado será responsável por eventuais danos havidos em decorrência dos serviços executados, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a indenizar a terceiros e/ou a Administração pelo prejuízo causado.

18. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

18.1. Deverão ser observadas pela licitante contratada, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da CVI, ao público afeto e dos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas.

18.2. A CVI poderá, a critério do seu corpo técnico, determinar a paralização do serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sendo que tal procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da empresa contratada.

18.3. A licitante contratada se responsabilizará, ainda, por atraso ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação vigente à época, no que se referir à engenharia de segurança e medicina do trabalho.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. A licitante contratado ficará obrigada a:

19.1.1. Executar o objeto nas condições, no preço e nos prazos constantes deste Edital;

19.1.2. Não veicular publicidade acerca do objeto deste Pregão Presencial, salvo se houver prévia autorização da Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



19.1.3. Manter, durante toda a execução do objeto do contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente instrumento convocatório.

19.1.4. **Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí.**

19.1.5. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da contratação da mão-de-obra, tais como:

- a) Salários;
- b) Seguro acidentes;
- c) Taxas, impostos e contribuições;
- d) Indenizações;
- e) Vales-refeições;
- f) Vales-transportes;
- g) Outras que por ventura venham a ser criadas pelo Governo.

19.1.6. Responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo em decorrência da entrega dos Serviços, em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara de Vereadores de Itajaí.

19.1.7. Manter os seus técnicos e funcionários sujeitos às normas disciplinares da Câmara de Vereadores de Itajaí, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.

19.1.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí.

19.1.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto da Câmara de Vereadores de Itajaí ou na posse de seus equipamentos.

19.1.10. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Câmara de Vereadores de Itajaí, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos e funcionários durante a execução do instrumento do contrato, especialmente com relação aos documentos arquivados nas salas.

19.1.11. Responsabilizar-se por todo transporte necessário à retirada e entrega dos equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como por ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados.

19.1.12. Executar os Serviços, constantes desta licitação em conformidade com o respectivo planejamento, normas e Especificações Técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pela Câmara de Vereadores de Itajaí.

19.1.13. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos Serviços, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.

19.1.14. Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

19.1.15. Inteirar-se, junto à Câmara de Vereadores de Itajaí, por intermédio do Fiscal do Contrato, dos detalhes de entrada e saída, na área de prestação de serviços, de seu pessoal, veículos, equipamentos, materiais e demais pertences de sua propriedade, adotando as medidas de segurança exigidas.

19.1.16. Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



19.2. Atender as demais obrigações descritas no item 3 do Anexo I do Termo de Referência deste Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Caberá à Câmara de Vereadores de Itajaí:

20.1.1. Quando necessário, permitir o livre acesso dos funcionários da Contratada às dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí, para a entrega dos serviços referente a este Pregão Presencial.

20.1.2. Cumprir e fazer cumprir as disposições do instrumento de contrato, bem como as condições e especificações descritas neste Edital e seus anexos.

20.1.3. Conferir, vistoriar, auditar e aprovar os serviços executados pelo licitante vencedor.

20.1.4. Rejeitar os serviços entregues equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Câmara de Vereadores de Itajaí ou com as especificações constantes no presente Ato Convocatório, em particular, de seu Anexo I.

20.1.5. Solicitar que sejam reparados os Serviços que não atenderem às especificações constantes do Anexo I.

20.1.6. Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público.

20.1.7. Efetuar o pagamento conforme estipulado no Item 16 do presente Edital.

20.1.8. Suprir o licitante vencedor de documentos, informações e demais elementos que possuir relação ao objeto da licitação, bem como dirimir dúvidas e orientá-lo nos casos omissos.

20.2. Demais condições fixadas no Anexo I – Termo de Referência.

21. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. O valor total máximo estimado que a Câmara de Vereadores de Itajaí se propõe a pagar pela execução do objeto da licitação é de **R\$ 96.250,00 (noventa e seis mil duzentos e cinquenta reais)** para o período de 12 (doze) meses.

21.2. A despesa a ser contratada correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, vigente para 2022 e o próximo exercício financeiro.

21.3. As despesas efetuadas em exercícios posteriores correrão por conta do orçamento vigente à época.

22. DA RESCISÃO

22.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/1993 e alterações, e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.

22.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se, a empresa contratada, ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.



23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta (injustificadamente), forem adjudicados e convocados para assinarem o contrato e não assinarem, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardada a ampla defesa e o contraditório as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí pelo infrator:

I – Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

III – Impedimento do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.2. A aplicação das penalidades ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

23.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

23.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução do Contrato, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços;

III – Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de entrega incompleta ou em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor da contratação, além do desconto do valor correspondente a entrega não realizado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

IV – Impedimento do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos.

23.5. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

23.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO PRESENCIAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 24.2.** Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a abertura dos envelopes e Sessão Pública do Pregão Presencial com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.
- 24.3.** É obrigatória a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.
- 24.4.** Este processo tem como forma de julgamento “**menor preço global**”.
- 24.5.** A Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.
- 24.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 24.7.** Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item 24.6 em dia de expediente normal na Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 24.8.** Fica eleito o Foro da comarca de Itajaí/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes da execução do contrato.

]

Itajaí, 05 de outubro de 2022.

Ver. MARCELO WERNER
Presidente da Câmara de Vereadores



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência visa à contratação de empresa especializada em serviços de infraestrutura de rede lógica, sem fornecimento de peças, para manutenção, instalações, desinstalações, remanejamentos e execução de projetos de rede por demanda nas instalações prediais utilizados nas áreas privativas da sede da Câmara de Vereadores de Itajaí - CVI, compreendendo:

- 1.1.1. Manutenção nos pontos lógicos estruturados;
- 1.1.2. Manutenção do sistema e da rede *wireless* corporativas;
- 1.1.3. Organização e identificação dos racks;
- 1.1.4. Assistência técnica, execução e atualização de projetos de rede lógica estruturada;
- 1.1.5. Instalação de novos pontos metálicos Cat. 6 com certificação;
- 1.1.6. Remanejamento de pontos lógicos estruturados, com renovação da certificação.
- 1.1.7. Assistência na configuração de switches e ativos de rede em geral.

1.2. Os serviços serão executados e faturados com base em hora/homem, estimando-se um total de **500 (quinhentas) horas, para um período de 12 (doze) meses**, sendo utilizadas de acordo com a demanda em sua totalidade ou não.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade do atendimento e da prestação de serviços de manutenção predial nos diversos setores da CVI, com rapidez e eficiência necessárias ao bom andamento dos trabalhos.

2.2. A contratação constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público e mantê-lo funcionando adequadamente para atender as atividades afins, cuja função é apoiar a realização das atividades essenciais ao cumprimento da sua missão institucional.

2.3. Considerando que a CVI não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico e certificado para execução rotineira dos serviços descritos, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando a execução das atividades de manutenção de forma continuada, com disponibilidade de serviços de plantão, emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços contratados serão executados sob-regime de empreitada por preço unitário, atendendo aos requisitos constantes neste Termo de Referência.

3.2. Os serviços serão prestados na sede da Câmara de Vereadores de Itajaí, localizada na Avenida Ver. Abrahão João Francisco, 3825, Ressacada, Itajaí, Estado de Santa Catarina, apresentando as seguintes características:

- Metragem: 8.522,00 m2.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- Aproximadamente 1.300 pontos de rede lógica;

- Aproximadamente 550 espelhos de parede;

RACK 01	
312	Pontos lógicos
03	Switches de 48 portas
13	Patch panel
01	Patch voice

RACK 03	
312	Pontos lógicos
03	Switches de 48 portas
13	Patch panel
01	Patch voice

RACK 02	
312	Pontos lógicos
03	Switches de 48 portas
13	Patch panel
01	Patch voice

RACK 04	
240	Pontos lógicos
03	Switches de 48 portas
01	Switches de 24 portas (core de rede)
09	Patch panel
01	Patch voice
01	Roteador mikrotik

RACK 05	
10	Patch voice*

RACK 06	
01	UNIFI Dream Machine Pro
01	UNIFI switch POE 24 portas
01	UNIFI switch POE 48 portas
01	Patch panel

*Para manobra e organização dos pontos de telefonia

3.3. Além dos quatro pavimentos estão incluídas as áreas externas do prédio (estacionamento, guarita e arredores).

3.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente certificados, capacitados e qualificados nas áreas de atuação do objeto desse contrato.

3.5. Todos os projetos e serviços realizados devem estar baseados nas normas vigentes, não sendo admitida em hipótese alguma a realização de soluções paliativas às normas. Toda e qualquer alteração deve ser aprovada pela Diretoria de Tecnologia da Informação da CVI.

3.6. Os serviços serão executados dentro das normas técnicas e padrões da ABNT, NBR 14565, ANSI/TIA/EIA-568-B, EIA/TIA 606 e ANSI/TIA-568-C.1, conforme especificações técnicas dos fabricantes dos materiais e em obediência as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.7. Equipe técnica

3.7.1. A empresa Contratada deverá manter profissional técnico, devidamente certificado e qualificado, uniformizado, portador de crachá de identificação, para atendimento ao objeto do presente termo.

3.7.2. A Contratada não poderá realizar a subcontratação dos profissionais prestadores dos serviços objeto deste termo

4. DOS ATENDIMENTOS



4.1. Manutenção em pontos lógicos estruturados

4.1.1. Consiste na realização de manutenção em pontos de redes (lógica) já existentes e/ou realizados pela CONTRATADA de forma a sanar qualquer anormalidade constatada. O serviço a ser realizado pela CONTRATADA não poderá, em média, ser superior a 4 (quatro) horas por ponto e em casos específicos deverão ser comunicados e documentados ao fiscal de contrato ou contratante.

4.2. Manutenção em pontos lógicos estruturados

4.2.1. A manutenção em rack's, pontos de rede de dados (lógica), consiste em todas as ações necessárias para manter o bom funcionamento e acabamento de todos os componentes, devendo ser executada mensalmente, com:

- 4.2.1.1. Testes de funcionalidade, inclusive renovação da certificação do ponto, quando necessário;
- 4.2.1.2. Verificação do estado geral das instalações;
- 4.2.1.3. Efetuar manutenção nos dispositivos de conexão (*patch panel, patch voice*, conectores, blocos de conexão e similares);
- 4.2.1.4. Verificar canaletas e similares;
- 4.2.1.5. Refazer e adequar a identificação de cabos, *patch cords, rack's, Dios*, caixas de passagem, *patch panel, patch voice* e equipamentos de rede.

4.3. Manutenção do sistema e da rede *wireless* corporativas

4.3.1. Consiste na realização de manutenção, ou seja, realizar intervenção de forma a sanar qualquer anormalidade constatada nos sistemas e na rede *wireless*.

4.4. Manutenção do sistema e da rede *wireless* corporativas

- 4.4.1. A manutenção do sistema e na rede *wireless*, consiste em todas as ações necessárias para manter o bom funcionamento da rede *wireless* e acabamento de todos os componentes, da seguinte forma:
- 4.4.2. Efetuar testes de funcionalidade, inclusive de ocupação de canais e *throughput* do ponto de acesso, quando necessário;
- 4.4.3. Verificar o estado geral das instalações e configurações das redes *wireless*.

4.5. Instalação de novos pontos lógicos:

4.5.1. Instalação de novos pontos de cabeamento estruturado cat.6 com certificação

- 4.5.1.1. Serviço prestado quando houver necessidade de instalação de novos pontos de cabeamento, sendo realizado da seguinte forma:
- 4.5.2. Comparecimento de responsável indicado pela Contratada para verificação dos serviços, planejamento das ações e levantamento dos materiais necessários;
- 4.5.3. Instalação do(s) novo(s) ponto(s) lógico(s) estruturado(s) que deverá ser realizada por profissional devidamente certificado;
- 4.5.4. Certificação do(s) novo(s) ponto(s), com certificador de cabeamento cat.6, assegurando que o ponto atende integralmente aos parâmetros elétricos/físicos estabelecidos na **NBR 14.565**;



4.5.5. Os novos pontos lógicos estruturados deverão ser instalados e etiquetados conforme padronização da rede atual da CVI.

4.6. Remanejamento de cabeamento e pontos lógicos estruturados com renovação da certificação.

4.6.1. Serviço prestado quando houver necessidade de troca de lugar de pontos de dados (lógica), da seguinte forma:

4.6.2. Para execução destes serviços, compreendem-se todos os passos necessários para transferir um ponto de rede lógico ativo ou não, de um local para outro;

4.6.3. Aplicam-se todas as ações estipuladas no item 3.5.

4.7. Organização e identificação dos racks

4.7.1. Manter organizado o espaço de cabeamento (*racks, patch panels, patch cords, patch voice*);

4.7.2. Realizar a conservação e limpeza de todos os equipamentos e dispositivos de voz e dados presentes na sala principal de telecom;

4.7.3. Refazer e adequar a identificação dos cabos e elementos de conectividade sempre que houver alterações, tais como novos pontos ou remanejamentos.

4.8. Assistência técnica, execução e atualização de projetos em rede lógica estruturada.

4.8.1. Prestação de assistência técnica e consultoria na execução de serviços de instalação, manutenção e ou remanejamento de pontos de rede lógica estruturada. Providenciar e manter o projeto e documentações atualizadas.

4.9. Do Prazo para execução dos serviços

4.9.1. Os chamados deverão ser atendidos em até 24 (vinte e quatro) horas após a chamada pela contratada.

4.9.2. Mão de obra, não poderá, em média, ser superior a 4 (quatro) horas serviço por ponto de lógica, independente do número de profissionais que compõe a equipe designada pela CONTRATADA. Situações específicas deverão ser comunicadas, documentadas, justificadas e acordadas com a Contratante.

4.9.3. Entenda-se por ponto de lógica como sendo a infraestrutura e serviços necessários para ativação de equipamentos de comunicação de dados ou telefonia.

4.10. Certificações

4.10.1. A certificação dos novos pontos ou a renovação da certificação dos pontos atuais, em caso de remanejamento, deverá ser realizada com certificador de cabeamento cat.6, assegurando que o ponto atende integralmente aos parâmetros elétrico-físicos estabelecidos na NBR 14.565.

4.10.2. Deverão ser entregues relatórios impressos e assinados por profissional competente de todas as certificações ou renovação das certificações efetuadas; com o ciente do Fiscal do contrato da Contratante.



5. DOS INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.

- 5.1. Os instrumentos, equipamentos e ferramentas, necessários à execução dos serviços de manutenção, serão de responsabilidade da empresa Contratada.
- 5.2. A empresa Contratada deverá dispor no local dos reparos, de todos os equipamentos que se façam necessários à boa manutenção das instalações.

6. DOS UNIFORMES

- 6.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento de uniformes completos aos seus empregados
- 6.2. Os profissionais deverão receber além do uniforme, crachá e Equipamentos de Proteção Individual-EPI necessários à realização das atividades que desenvolvem.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

- 7.1.1. Indicação através de declaração firmada pela empresa de que a empresa dispõe ou irá dispor de **Responsável Técnico**, profissional, este detentor de Certidão de Acervo Técnico e/ou de Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, que comprove ter executado serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação, nesta condição.

- 7.1.2. Prova de inscrição ou registro do **Responsável Técnico** indicado no item anterior no CREA.

7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

- 7.2.1. Prova de inscrição ou registro da Licitante no CREA;

- 7.2.2. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado comprovando que a Licitante tenha executado serviços com complexidade operacional equivalente aos especificados neste Edital, contendo no mínimo;

Prestação de serviços em rede lógica estruturada e certificada:
Instalação de novos pontos lógicos estruturados;
Manutenção em pontos lógicos estruturados;
Manutenção em pontos lógicos estruturados;
Remanejamento de cabeamento e pontos lógicos estruturados;
Execução e atualização de projetos em rede lógica estruturada;
Execução e manutenção de sistemas e de redes wireless corporativas;

- 7.2.3. Será permitida a soma de certidão(ões) e/ou atestado(s) para atender os serviços listados acima.

- 7.2.4. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do requisito exigido.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.2.5. A licitante interessada deverá apresentar declaração que realizou visita técnica à Câmara de Vereadores de Itajaí, fazendo constar que tomou conhecimento dos modelos de equipamentos, sistemas wireless e das necessidades da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

7.2.6. Para as empresas optantes por não realizarem a visita técnica, deverá ser apresentada declaração fazendo constar que detém conhecimento pleno e suficiente conhecimento da estrutura, equipamentos e das necessidades do serviço e que não poderão ser alegadas, a qualquer tempo, quaisquer reivindicações decorrentes do desconhecimento das suas condições.

8. DO PRAZO CONTRATUAL

8.1.1. O prazo inicial da contratação será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até o máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

8.1.2. O prazo a que se refere o subitem anterior inicia-se em na data de assinatura do contrato.

8.1.3. O Contratado, após homologação pela autoridade competente, será convocado a assinar o instrumento contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua convocação.

9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. Os serviços objeto do presente termo tem como forma de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10. DA PROPOSTA

10.1. Na proposta deverá ser observado o **MENOR PREÇO GLOBAL**, com apresentação dos valores unitários e totais da prestação dos serviços, em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais e, de preferência, o preço total também por extenso.

10.2. Prazo de validade da proposta: Mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega dos envelopes.

10.3. **No(s) preço(s) deverão estar inclusos todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária**, os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas, transporte, deslocamento, salários, estadias, carga tributária, alvará, as taxas municipais, estaduais e federais, as despesas indiretas, o lucro bruto do licitante e os demais custos já mencionados, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do instrumento do contrato, do Edital e deste Termo de Referência.

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

11.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.6. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

11.7. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada através do Diretor de Informática e fiscal do contrato.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

12.2. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros.

12.3. Apresentar à CVI, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a empresa para execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá.

12.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

12.5. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

12.6. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato.

12.10. Se responsabilizar pelo transporte dos prestadores de serviço.

12.11. Substituir sempre que exigido, mediante justificativa por parte da CVI, qualquer empregado, inclusive o preposto, cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial e ou inconveniente à disciplina do serviço.

12.12. Comunicar ao fiscal e ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, exemplo: alteração nos sócios, mudança de endereço e



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



etc. durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

- 12.13.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para execução dos serviços quando necessário.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1.** Os pagamentos serão efetuados após a devida execução de cada chamado, mediante apresentação de Nota Fiscal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato. Na nota fiscal deverá constar o número do Contrato e da Nota de Empenho.

- 13.2.** O representante da Contratante especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, a cada trabalho, analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada no período, atestando a execução dos serviços e encaminhando a correspondente Nota Fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.

14. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1.** A CVI deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.2.** O representante da CVI anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.3.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CVI ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA VISTORIA

- 15.1.** A CVI sugere aos licitantes interessados realização de vistoria ao local onde serão executados os serviços, examinando as áreas, tomando ciência do estado de conservação, características e eventuais dificuldades para execução dos serviços, de modo que não serão atendidas solicitações sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados da especificação.

- 15.2.** Para optantes pela visita técnica: Apresentar declaração conforme modelo no edital da licitação, fazendo constar que a empresa proponente tomou conhecimento das necessidades da prestação dos serviços objeto desta licitação. A referida declaração deverá receber o visto do Diretor de Informática da Câmara de Vereadores de Itajaí.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



15.3. Os licitantes que optarem por não realizar a vistoria devem apresentar no certame a Declaração de Não Realização de Vistoria, fazendo constar que a empresa proponente detém conhecimento pleno e suficiente sobre o objeto deste termo, e que não poderão ser alegadas, a qualquer tempo, quaisquer reivindicações decorrentes do desconhecimento das suas condições.

16. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum de caráter contínuo, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

16.2. A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Termo encontra amparo legal na Lei nº 10.520, de 07 de julho de 2002, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no Decreto Legislativo nº 693 de 03 de julho de 2014.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO II – QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA

1. QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA

1.1. O valor total máximo estimado que a Câmara de Vereadores de Itajaí se propõe a pagar pela execução do seu objeto desta licitação é de **R\$ 96.250,00 (noventa e seis mil duzentos e cinquenta reais)** para o período de 12 (doze) meses:

ITEM	QUANT.	UNID.	OBJETO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	500	Horas	Prestação do serviço de manutenção em rede lógica, por demanda.	R\$ 192,50	R\$ 96.250,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO III – MODELO DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de manutenção em rede lógica, por demanda, na Câmara de Vereadores de Itajaí.

ITEM	QUANT.	UNID.	OBJETO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	500	Horas	Prestação do serviço de manutenção em rede lógica, por demanda.		

1. A presente proposta tem como valor global o valor de R\$ _____, __ (descrever valor por extenso).
2. **Nos valores propostos deverão estar inclusas todas as despesas concernentes à execução, com o fornecimento da mão de obra necessária,** os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas, transporte, deslocamento, salários, estadias, carga tributária, alvará, as taxas municipais, estaduais e federais, as despesas indiretas, o lucro bruto do licitante e os demais custos mencionados nas especificações, constantes no Anexo I, necessários ao cumprimento integral do objeto.
2. **Prazo de execução:** Conforme item 12 do Edital.
3. **Condições de pagamento:** Conforme item 16 do Edital.
4. **Prazo de validade da proposta:** _____ (por extenso _____) dias (não podendo ser inferior a 90 [noventa] dias, a partir da abertura dos envelopes nº 01 “PROPOSTA DE PREÇOS”).
5. DECLARAMOS que ao término da execução do contrato renunciaremos em favor da Câmara de Vereadores de Itajaí todos os materiais de infraestrutura bem como cabos de comunicação, alimentação, eletrodutos, mangueiras, canaletas, conectores e poste instalados para o cumprimento das obrigações contratuais. Renunciamos assim qualquer indenização pelos materiais e serviços executados.

_____, _____ de _____ de 2022.

Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

Por este instrumento, solicitamos o credenciamento da empresa _____,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ para participar da licitação supramencionada, por intermédio do
seu representante _____ (nome) ou por procuração anexa, na qualidade de
REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular
propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de
interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante

(CARIMBO COM CNPJ E RECONHECIMENTO DE FIRMA)

Observação: Emitir preferencialmente em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

_____(nome da empresa) inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____ licitante no certame acima destacado, promovido pela Câmara de Vereadores de Itajaí, DECLARA que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS) e Justiça do Trabalho, bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante

Observação: Emitir preferencialmente em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATEND. AO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CF/88

_____(nome da empresa) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, DECLARAMOS sob as penas da lei que cumprimos integralmente o contido no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República e que não possuímos em nosso quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante

Observação: Emitir preferencialmente em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DOS SERVIÇOS

Declaro, sob as penas da lei, que esta proponente _____(RAZÃO SOCIAL)_____,
pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua _____, nº _____, bairro
_____, município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob
nº _____, por seu representante legal, Sr. _____, portador da Cédula de
Identidade nº _____, e inscrito no CPF nº _____, detém pleno conhecimento
sobre as condições e o local para execução dos serviços descritos no Anexo I do edital do **Processo Licitatório nº
20/2022, Pregão Presencial nº 12/2022.**

Declaro, também, que o eventual desconhecimento das condições e características do local onde serão realizados
os serviços não poderá ser alegado, a qualquer tempo, como motivo para quaisquer reivindicações durante a
vigência do contrato.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

..... de de 2022.

Nome e assinatura do representante legal da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(A SER APRESENTADA DENTRO DO ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO)

O abaixo assinado, Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº, portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar à V.Sa. o(a) profissional Responsável Técnico(a) pelos serviços objeto do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 12/2022**, caso nossa empresa venha a vencer a referida licitação.

1. Responsável Técnico:

Nome:

CPF:

Inscrição no órgão de classe:

Declaramos que o profissional acima relacionado pertence ou pertencerá ao nosso quadro técnico de profissionais, com relacionamento junto à empresa, seja através de contrato de trabalho ou prestador de serviços. O Responsável Técnico ficará disponível durante a vigência contratual e deverá participar de todo serviço objeto da presente licitação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Câmara de Vereadores de Itajaí. A licitante bem como seu Responsável Técnico ficarão sujeitos à aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no respectivo Edital.

Localidade, data, mês e ano.

Nome, cargo, assinatura e carimbo
Razão Social da empresa

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	CPF:
Nome da Empresa:	CNPJ:
Função do(a) declarante(a) na Empresa:	Telefone de contato:
DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, sob as penas da lei, para fins de participação em licitação, que a pessoa física/jurídica supra identificada:</p> <p>() não possui sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, dos Vereadores, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Câmara de Vereadores de Itajaí investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.</p> <p>() possui sócio/empregado que seja [] cônjuge ou companheiro(a) e/ou [] parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, dos Vereadores, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, a seguir indicado(a):</p>	
Nome:	
Cargo:	Órgão de Lotação:
Grau de Parentesco:	
Local:	Data:
Assinatura do Declarante:	



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM, DE UM LADO, A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** E, DO OUTRO, A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ**, inscrita no CNPJ sob nº 83.500.603/0001-80, com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representado por seu Presidente, o senhor _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador do RG nº _____, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, com sede à Rua _____, n.º _____, bairro _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, representada, neste ato, pelo (a) Sr. (a) _____, com CPF de n.º _____ e RG n.º _____, fica ajustado e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente tem como objeto a **prestação do serviço de manutenção de rede lógica, por demanda**, com quantitativos e condições que integram o edital, e seus anexos, em especial o Anexo I – Termo de Referência, de acordo com as condições estabelecidas no **Pregão Presencial nº 12/2022** e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), sendo o valor mensal no montante de R\$ _____ (_____) e o valor anual de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de execução do contrato será de **12 (doze) meses**, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____, nos termos do inciso IV do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

3.2. O prazo máximo de implantação do objeto do presente, incluindo treinamento, na sede da Contratante, é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do presente instrumento de contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A fiscalização será exercida por servidor indicado ou contratado, pela Secretaria de Administração e Finanças, exercendo, para tanto, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



execução contratual de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão nº 12/2022.

4.1.1. São atribuições do fiscal do contrato:

- a) Solicitar à empresa CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) Emitir pareceres em todos os atos da empresa CONTRATADA relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
- c) Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

4.1.2. Compete ao fiscal da CVI:

- a) **Sustar**, no todo ou em parte, a entrega sempre que a medida for considerada necessária;
- b) **Recusar**, qualquer serviço que não atenda às especificações contratuais;
- c) **Decidir** acerca das questões que se apresentarem, durante a execução contratual.
- d) **Atestar**, faturas correspondentes à execução.

4.2. Não obstante a empresa CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CVI reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

4.3. Cabe à empresa CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CVI, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da empresa CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade da CVI ou de seus agentes ou prepostos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa contratada correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, na seguinte dotação: 48/2022 22.22022.1.31.1.2.112.0.33903900 – *Aplicações Diretas*.

5.2. A despesa para os demais exercícios financeiros correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores dos orçamentos vigentes à época da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O serviço deverá ser prestado na Sede da Câmara de Vereadores de Itajaí, localizada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825, Ressacada, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1. Os SERVIÇOS serão recebidos nos termos do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2. É ressalvado à Câmara de Vereadores de Itajaí o não recebimento dos SERVIÇOS, se estes não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação conforme especificações no Edital do Pregão Presencial em especial o seu Anexo I – Termo de Referência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.2.1. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da mesma pela Câmara de Vereadores de Itajaí, sendo sua confirmação definitiva condicionada a conferência dos dados relacionado na nota fiscal dos SERVIÇOS, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos ocorrerão mensalmente, em até 05 (cinco) dias mediante apresentação da Nota Fiscal do mês subsequente àquele a que se referir, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e acompanhada dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, em atendimento ao art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

8.1.1. Na Nota Fiscal deverá constar o número do instrumento contratual, bem como o relativo à Nota de Empenho.

8.2. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato analisará o exato cumprimento das obrigações da CONTRATADA, atestando a execução e encaminhando a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.

8.3. A atestação da Nota Fiscal/fatura correspondente ao serviço prestado caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

8.4. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.

8.5. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

8.6. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento será calculada de acordo com variação *pro-rata tempore* do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

8.7. A compensação financeira prevista no item 10.6 será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

CLÁUSULA NONA – DO AMPARO LEGAL

9.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do **Pregão Presencial nº 12/2022**, realizado com fundamento no artigo 1º da Lei nº 10.520/02 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n. 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

10.2. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte de qualquer dos itens ou condições do edital do **Pregão Presencial 12/2022** e seus anexos, tal



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses itens ou condições e todos os outros, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

10.3. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por si, ou seus sucessores e representantes no fornecimento deste contratado, isentando a última de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo, e possibilitando o desconto nos valores se comprovado o dano.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

11.1. Caberá à CONTRATANTE:

11.1.1. Quando necessário, permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para a prestação dos serviços referentes ao **Pregão Presencial nº 12/2022**.

11.1.2 Cumprir e fazer cumprir as disposições deste instrumento, bem como as condições e especificações descritas no Edital do **Pregão Presencial nº 12/2022** e seus anexos.

11.1.3. Conferir, vistoriar, auditar e aprovar os serviços executados pela CONTRATADA.

11.1.4. Rejeitar os serviços entregues equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela CONTRATANTE ou com as especificações constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 12/2022**, em particular, de seu Anexo I.

11.1.5. Solicitar que sejam reparados os Serviços que não atenderem às especificações constantes do Anexo I do Pregão Presencial nº 12/2022.

11.1.6. Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público.

11.1.7. Efetuar o pagamento conforme estipulado na cláusula nona do presente instrumento.

11.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos Serviços, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.1.9. Rejeitar os Serviços em desacordo com as orientações passadas pela CONTRATANTE ou com as especificações constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 12/2022**, em particular, de seu Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA obriga-se:

12.1.1. Executar o objeto nas condições, no preço e nos prazos constantes no Edital do **Pregão Presencial nº 12/2022** e seus anexos, em especial o seu Anexo I – Termo de Referência.

12.1.2. Não veicular publicidade acerca do objeto do presente, salvo se houver prévia autorização da Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí.

12.1.3. Manter, durante toda a execução do objeto do contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



12.1.4. **Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o seu objeto, sem prévia anuência da Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí.**

12.1.5. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da contratação da mão-de-obra, tais como:

- a) Salários;
- b) Seguro acidentes;
- c) Taxas, impostos e contribuições;
- d) Indenizações;
- e) Vales-refeições;
- f) Vales-transportes;
- g) Outras que por ventura venham a ser criadas pelo Governo.

12.1.6. Responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo em decorrência da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade devido à fiscalização ou ao acompanhamento realizado pela Câmara de Vereadores de Itajaí.

12.1.7. Manter os seus técnicos e funcionários sujeitos às normas disciplinares da Câmara de Vereadores de Itajaí, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.

12.1.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí e respeitar horários e dias de prestação de serviços conforme contratado.

12.1.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto da Câmara de Vereadores de Itajaí ou na posse de seus equipamentos.

12.1.10. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Câmara de Vereadores de Itajaí, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnico e funcionários durante a execução deste Contrato, especialmente com relação aos documentos arquivados nas salas.

12.1.11. Responsabilizar-se por todo transporte necessário à retirada e entrega dos equipamentos necessários à execução dos Serviços, bem como por ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados.

12.1.12. Executar os Serviços, constantes desta licitação em conformidade com o respectivo planejamento, normas e Especificações Técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pela Câmara de Vereadores de Itajaí.

12.1.13. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos Serviços, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.

12.1.14. Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

12.1.15. Inteirar-se, junto à Câmara de Vereadores de Itajaí, por intermédio do Fiscal do Contrato, dos detalhes de entrada e saída, na área de prestação de serviços, de seu pessoal, veículos, equipamentos, materiais e demais pertences de sua propriedade, adotando as medidas de segurança exigidas.

12.1.16. Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

12.1.17. Atender as demais obrigações descritas no Item 12 do Anexo I do Termo de Referência do Edital do **Pregão Presencial nº 12/2022.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14.1. No interesse da CONTRATANTE o objeto do **Pregão Presencial nº 12/2022** poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os aumentos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado da nota de empenho.

14.2.1. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do **Pregão Presencial nº 12/2022**, a Administração da CVI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta de Itajaí, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nas condições desta Cláusula:

15.3.1. Pela recusa injustificada de assinar o contrato;

15.3.2. Pela entrega em desacordo com as especificações técnicas constantes do **Pregão Presencial nº 12/2022** e da proposta da CONTRATADA, dentro do prazo proposto;

15.3.3. Pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estipulados no **Pregão Presencial nº 12/2022** e na proposta apresentado pela CONTRATADA.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



15.4. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Câmara de Vereadores de Itajaí e, no que couber, às demais penalidade referida no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de contratar com a Administração Direta ou Indireta de Itajaí e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.7. A execução em desconformidade com as especificações solicitadas e que forem advertidas e não sendo devidamente regularizadas no prazo de 05 (cinco) dias, ocasionarão a incidência de multa.

15.8. O retrabalho decorrente da má execução ou inobservância das especificações expressa é de responsabilidade da CONTRATADA, sendo executado às suas expensas, sem que isto isente a empresa das mesmas penalidades.

15.9. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.3. A rescisão do contrato poderá ser:

16.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

16.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no **Pregão Presencial nº 12/2022**, desde que haja conveniência para a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí;

16.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

16.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL

17.1. Este contrato fica vinculado aos termos do **Pregão Presencial nº 12/2022**, cuja realização decorre da autorização do Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REAJUSTE



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



18.1. Observado o disposto no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, tal contrato será REAJUSTADO após 12 (doze) meses, pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo.

18.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

18.3. O reajustamento acima previsto será devida a cada período de 12 (doze) meses.

18.4. O reajuste que a Contratada fizer jus que não for solicitado durante a vigência contratual será objeto de preclusão com o encerramento da vigência do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual no Foro da Comarca de Itajaí.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Câmara de Vereadores de Itajaí (SC), de de 2022.

Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____